

STRONG BUSINESS SCHOOL

Carla Tessarini

**A EVOLUÇÃO DO CONSUMO BRASILEIRO PÓS PLANO REAL NO
PERÍODO 1994 A 2016**

SANTO ANDRÉ

2021

Carla Tessarini

**A EVOLUÇÃO DO CONSUMO BRASILEIRO PÓS PLANO REAL NO
PERÍODO 1994 A 2016**

Monografia apresentada como exigência para
a obtenção do grau de Bacharel em Economia,
à Strong Business School.

Orientador: Prof. Me. Raphael Bicudo.

SANTO ANDRÉ

2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me proporcionar este privilégio de realizar e concluir mais um curso de bacharel. A minha querida e tão amada mãe por caminhar, incentivar e nunca me deixar desistir. A todos os professores que dividiram tão ricos conhecimentos ao longo desta graduação e aos amigos que tive o prazer de conhecer.

Ao Professor Mestre Raphael Bicudo, pela paciência, atenção, dedicação e por compartilhar seus conhecimentos e vivências que tanto contribuíram para conclusão desta monografia.

RESUMO

Ao estudar o Plano Real, identificaram-se mudanças ocorridas no ambiente macroeconômico brasileiro. O sucesso do plano econômico após uma série de planos fracassados desencadeou a evolução do consumo brasileiro. O cenário mudou completamente após a implementação do Real, em 1º de julho de 1994. A nova moeda trouxe mudanças evidenciadas pela estabilidade de preços e também alterou hábitos de consumo no país. Com isso, os dados analisados sugerem que o consumo das famílias segue em trajetória ascendente.

Palavras-chave: Plano Real, evolução, PIB e consumo das famílias.

ABSTRACT

When studying the Real Plan, changes in the Brazilian macroeconomic environment were identified. The success of the economic plan after a series of failed plans triggered the evolution of Brazilian consumption. The scenario changed completely after the implementation of the real, on July 1, 1994. The new currency brought changes evidenced by price stability and also altered consumption habits in the country. As a result, the data analyzed suggest that household consumption is on an upward trend.

Keywords: Real Plan, evolution, GDP and household consumption.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de inflação mensal no período 1994-1995.....	9
Gráfico 2 – Taxa de inflação anual no período 1995-2016.....	11
Gráfico 3 – Histórico do regime de metas para a inflação no período 1999-2016.....	13
Gráfico 4 – Produto Interno Bruto: variação em volume anual no período de 1990-2016.....	15
Gráfico 5 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – bens duráveis existentes no domicílio no período de 2001-2016.....	18
Gráfico 6 – Produto Interno Bruto: Consumo das famílias e do governo, formação bruta de capital e exportações líquidas no período de 1995-2016.....	19
Gráfico 7 – Produto Interno Bruto, PIB <i>per capita</i> e população residente brasileira no período de 1995 -2016.....	20
Gráfico 8 – Produto Interno Bruto: crescimento anual por setores no período de 1995-2016.....	21
Gráfico 9 – Produto Interno Bruto no setor de serviços: variação anual no período de 1995-2016.....	22
Gráfico 10 – Participação anual da indústria de transformação no PIB no período de 1995-2016.....	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição das despesas monetárias e não-monetária média mensal familiar – Brasil – período 1995-2018.....	16
Tabela 2 – Participação na despesa de consumo monetário e não-monetária média por tipos de despesas, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões - período 2002-2018.....	17

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. O PLANO REAL: UM MARCO HISTÓRICO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA.....	9
2. AS MUDANÇAS OCORRIDAS NO AMBIENTE MACROECONÔMICO PÓS PLANO REAL.....	14
3. A IMPORTÂNCIA DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS E A PERDA DO MÉRITO DA INDÚSTRIA NO PIB BRASILEIRO.....	19
CONCLUSÃO.....	25
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	26

INTRODUÇÃO

O Brasil enfrentou durante décadas elevadas taxas de inflação, chegando a mais de 4.000% ao mês em junho de 1994. Diante deste cenário, a incerteza passa a desviar as decisões de consumo dos indivíduos, empresários e investidores, resultando em consequências para as demais variáveis macroeconômicas.

O ano de 1994 foi considerado um marco para a economia brasileira, foi o início de um plano econômico que mostraria eficácia no combate à inflação e a criar rumos para o retorno do crescimento econômico.

A última década resultou importante expansão e mudanças no padrão de consumo das famílias brasileiras. A expansão do crédito ao consumidor ampliou o tamanho dos mercados de bens correntes e de consumo duráveis, dos serviços e do lazer. Diversos bens e serviços que anteriormente eram considerados bens de luxo para a maioria da população, entraram na pauta de consumo tanto das famílias urbanas quanto das famílias rurais.

Após uma breve análise de estudos sobre o Plano Real e o avanço dos padrões de consumo, objetiva-se neste trabalho mostrar a evolução da variável fundamental na macroeconomia, o consumo, que tem influência em diversos agregados econômicos. No curto prazo, desempenha papel na determinação da demanda agregada e no longo prazo, essencial para o crescimento econômico.

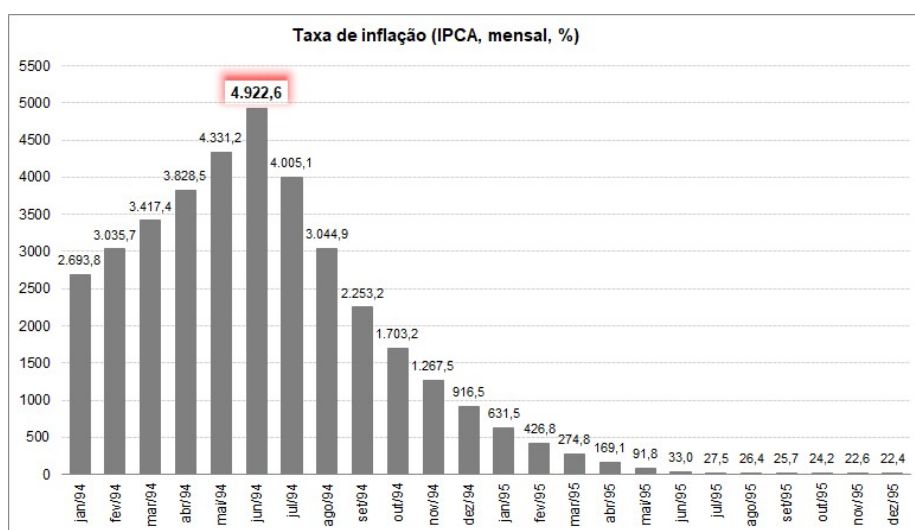
Este trabalho foi estruturado em três capítulos, após esta breve introdução. No primeiro capítulo fica apresentado o marco histórico que foi para a economia brasileira, o Plano Real. No segundo capítulo serão retratadas as mudanças ocorridas no ambiente macroeconômico após a implementação do Real. E no último capítulo será discutida a importância do consumo das famílias no PIB brasileiro, onde se verificou necessário ressaltar há mudança que calhou no setor da indústria ao longo do período de estudo e por fim, será apresentada a conclusão do trabalho.

1. O PLANO REAL: UM MARCO HISTÓRICO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Após inúmeras frustrações com planos de estabilização econômica implementados ao longo dos anos 1980 e 1990, o Plano Real marcou uma nova etapa na economia brasileira, obtendo sucesso em reduzir e manter baixas as taxas de inflação.

Com efeito, às vésperas do lançamento da nova moeda, em junho de 1994, o cenário apresentava uma inflação que, no acumulado em doze meses, chegou a 4.922%. Segundo o Banco Central (2020), o Plano Real foi um processo de estabilização econômica e o seu sucesso representou a quebra da espinha dorsal da inflação no Brasil.

Gráfico 1 – Taxa de inflação mensal no período 1994-1995



Fonte: IBGE. Autoria: Própria

Para Giambiagi (2011), o Plano Real foi muito bem-sucedido no controle da inflação: contrariamente ao que tinha acontecido previamente, quando após alguns meses a inflação voltava mais forte, as taxas de variação anual dos preços caíram continuamente entre 1995 e 1998.

A elaboração do Plano Real baseou-se na proposta de André Lara Resende e Pêrsio Arida, que sugerem a reforma monetária passando por uma indexação total

da economia. Arida (1999) identifica como quatro os princípios da proposta Larida¹ que norteava o plano de 1994: o pré-anúncio do programa, a introdução da moeda alternativa na fase de transição, a livre conversão de contratos para a nova moeda via mercados e o uso da reforma monetária como instrumento para remover a inércia inflacionária.

Sendo correto colocar que o Plano Real foi o resultado de um longo processo de experiências mal sucedidas, mas após anos de inflação descontrolada e várias tentativas fracassadas para conter a alta dos preços, o Ministério da Fazenda montou uma equipe e elaborou um plano de estabilização inovador, que foi implementado de forma gradual e que não focou apenas na mudança do padrão monetário.

Segundo Bacha (1995), o Plano Real foi um programa de estabilização pré-anunciado em três etapas: introdução de um mecanismo para equilibrar o orçamento, que buscou o equilíbrio das contas do governo com o lançamento do Programa de Ação Imediata (PAI); estabelecimento de uma unidade de conta para alinhar os preços relativos da economia, a Unidade Real de Valor (URV); e por fim, conversão desta unidade na nova moeda, estável, do país.

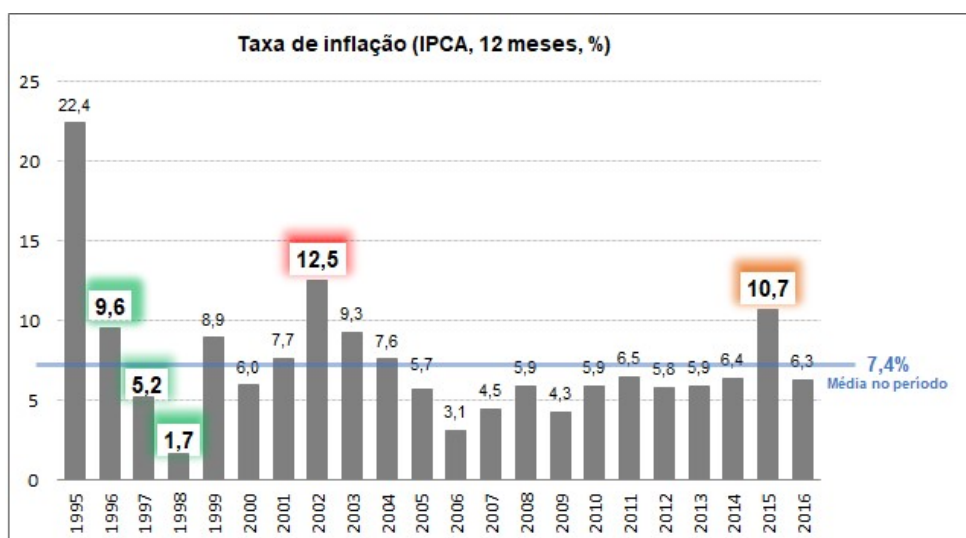
Em primeiro de julho de 1994, após um período de quatro meses de conversões de contratos, o Banco Central começou a emitir a URV como a nova moeda do país, agora determinada Real, para cuja paridade cambial foi estabelecido o teto máximo de R\$ 1,00/ US \$ 1.00. O Banco Central comprometeu-se a vender dólares toda vez que seu valor de mercado alcançasse R\$ 1,00, mas não era obrigado a intervir caso esse valor se mantivesse a níveis inferiores. Isso ficou conhecido como a política cambial da banda assimétrica, com um limite superior de R\$ 1,00 e um limite inferior indefinido, que na prática provou estar em torno a US \$ 0.83 por Real (BACHA, 1995, p.21).

Neste mesmo período, após o anúncio do programa de estabilização e o cumprimento dos estágios preestabelecidos, através da Medida Provisória nº 434, DOU, assinada pelo presidente Itamar Franco, o Plano Real foi oficialmente anunciado pelo então ministro da Fazenda Rubens Ricupero, que sucedeu Fernando Henrique Cardoso já em campanha presidencial.

¹ Estudos de Pêrsio Arida e André Lara Resende, contrários ao congelamento de preços, que resultaram no desenho de um plano de ação: a proposta “Larida”. Não houve qualquer tipo de disputa entre Arida e Lara Resende sobre quem teria a primazia sobre a ideia.

Em 1º de janeiro de 1995, quando Fernando Henrique Cardoso tomou posse como presidente da República, era incontestado o sucesso inicial do Plano Real. As taxas anuais de inflação de 1996 a 1998 foram as menores entre este período e a taxa maior foi no ano de 2002 que chegou a 12,5%. A inflação entre 1995 e 2016, manteve na média o resultado de 7,4%, evidenciando o quanto o Plano Real foi bem-sucedido no combate à inflação.

Gráfico 2 – Taxa de inflação anual no período 1995-2016



Fonte: IBGE. Autoria: própria

O sucesso inicial do Plano Real demonstrou na prática o acerto das proposições teóricas que o sustentavam. Antes de sua implementação, além da inflação descontrolada na década anterior, era rotineiro a perda da noção de valor dos produtos. O sistema financeiro e o setor público se beneficiam com a inflação e a desigualdade social aumentava, pois a população mais carente não tinha qualquer proteção financeira contra o aumento de preços. Com a chegada do Plano Real acabaram as remarcações frenéticas de preços, a troca frequente da moeda brasileira e a ampla indexação formal e informal.

A adoção do Plano Real e de um regime de bandas cambiais, em 1995, possibilitou ao Brasil uma queda e manutenção da inflação em baixos níveis. Entretanto, a manutenção desta baixa inflação foi custosa, pois foram realizadas através de privatizações, empréstimos externos e queda nas reservas internacionais.

Após o binômio privatização/abertura no início da década de 1990, bem como a estabilização da inflação com o Plano Real, houve dois grandes desequilíbrios (externo e fiscal) que “gerava a impressão de que uma crise estava à espera do país – o que de fato ocorreu - funcionando como um entrave às decisões de investimentos”. Portanto, no segundo mandato do Governo FHC, houve uma tríplice mudança de regime (cambial - introdução do câmbio flutuante - monetário e fiscal) (GIAMBIAGI, 2011, p. 187).

Em junho de 1999, como forma de ancorar a inflação, o Brasil adotou o Regime de Metas de Inflação, dando ao Banco Central do Brasil a responsabilidade e a independência operacional para conduzir a política monetária de forma a alcançar a inflação definida pelo governo.

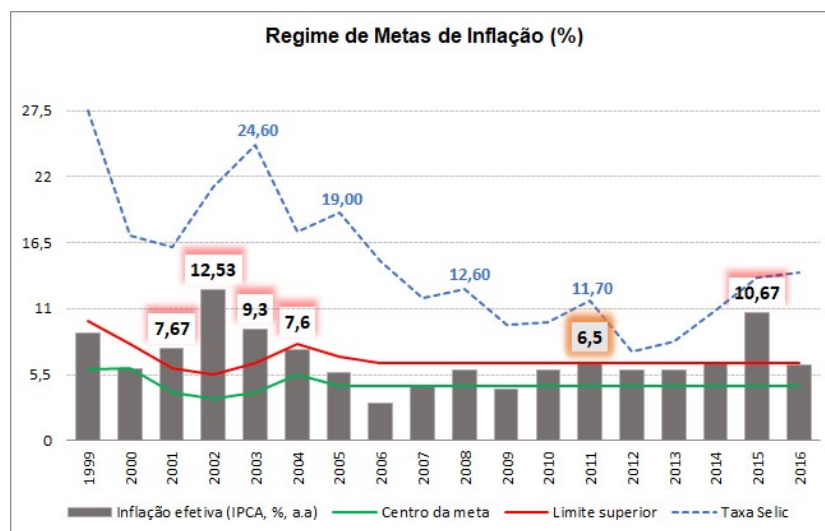
Até 1998, sempre que o Brasil viveu alguma crise, esteve presente pelo menos um dos três seguintes elementos: alta inflação, crise externa e/ou descontrole fiscal. Com as medidas de 1999, o país passou a ter condições de enfrentar cada um desses problemas: se a inflação preocupa, o Banco Central atua através do instrumento da taxa de juros; se há uma crise de Balança de Pagamentos, o câmbio se ajusta e melhora a conta corrente; e se a dívida cresce, há que se “calibrar” o superávit primário. Com isso, têm-se os elementos para atacar os principais desequilíbrios macroeconômicos de forma integrada (GIAMBIAGI, 2011, p. 188).

A introdução do Regime de Metas de Inflação também foi um marco importante na história econômica brasileira. Desde 1999, o Brasil está sob o regime de metas de inflação para orientar sua política monetária. Desta forma, a oferta de moeda pelo Banco Central segue uma estratégia para atingir uma banda de inflação determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Este mesmo Conselho define a meta de inflação com limites, superior e inferior, embora que nos anos: 2001, 2002, 2003 e 2015 a inflação ficou fora do intervalo de tolerância estipulado pelo CMN. Tendo como principais causas o não cumprimento da meta, os reajustes dos preços controlados pelo governo, como a energia e os derivados de petróleo e junto a desvalorização do real frente ao dólar, o que acarreta os efeitos negativos vistas ao controle da inflação.

Em 2015 os motivos para o não cumprimento da meta foi atípico, referida como a grande recessão brasileira, que teve início em meados de 2014. A forte recessão levou o PIB a contrair por dois anos consecutivos, chegando a - 3,5% em 2015 e - 3,3% em 2016. Entre as principais causas apontadas para a crise econômica está referido na crise política, o que acarretou em nada além, que o *impeachment* da

até então presidenta Dilma Rousseff. A inflação registrada neste ano ficou bem acima da meta, terminando o ano em 10,67%, sendo a mais alta desde 2002.

Gráfico 3 – Histórico do regime de metas para a inflação no período 1999-2016



Fonte: Banco Central do Brasil. Autoria: Própria.

A meta de inflação deve ser seguida pelo Banco Central ao definir a taxa básica de juros, Selic. Quando o Comitê de Política Monetária (Copom) aumenta a Selic, almeja conter o aumento da demanda e segurar os preços ao elevar o crédito e estimular a poupança. Ao diminuir a taxa básica de juros, o Copom baixa o crédito, incentivando a produção e o consumo. Portanto, o Regime de Metas de Inflação está correlacionado a Taxa Selic como observado no gráfico acima.

O sucesso do Plano Real contribuiu para a estabilidade macroeconômica, favorecendo o sistema com diversas medidas: redução da desigualdade de renda; reformas institucionais que garantiam o equilíbrio fiscal duradouro; reforma do sistema financeiro para assegurar solidez e eficiência em ambiente com preços estáveis; aperfeiçoamento da supervisão bancária; fortalecimento do mercado de crédito; adesão a metas para a inflação e o fortalecimento do Banco Central na defesa da estabilidade de preços, dada a consolidação da aversão social à inflação.

Com esta breve introdução de como constituiu a implementação do Plano Real, considerado um marco histórico para a economia brasileira, cabe identificar as mudanças e as evoluções ocorridas no ambiente macroeconômico pós Plano Real dentre o período estudado nesta monografia.

2. AS MUDANÇAS OCORRIDAS NO AMBIENTE MACROECONÔMICO PÓS PLANO REAL

Insanidade notar que as pessoas iam ao supermercado no início da década dos anos 90 comprava uma mercadoria e, no dia seguinte, aquele mesmo produto estava com o preço reajustado. Comprar e estocar alimentos e itens de necessidade básica era a estratégia utilizada pelos brasileiros para tentar tirar algum ganho da elevação constante de preços. Essa tradição de estocar alimentos refletia nas pessoas a sensação de segurança devido à alta dos preços, entretanto, com isso, o poder de compra da população se deteriorava, principalmente entre os mais pobres.

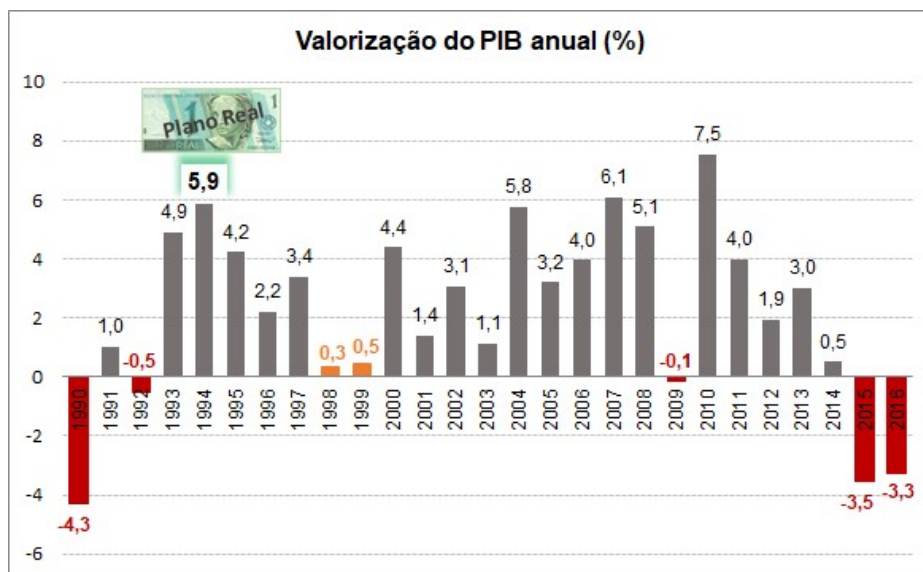
Este cenário mudou completamente após a implementação do Real. A nova moeda alterou hábitos de consumo no país: a correria para pegar produtos antes que fossem remarcadas, as compras do mês estocadas em *freezers* e despensas, as longas filas nos postos de combustíveis para abastecer o carro antes dos reajustes, as dificuldades para planejar a compra de um imóvel e as visitas às agências bancárias para garantir a movimentação de investimentos financeiros. Tudo isso deixou de fazer parte da rotina dos brasileiros.

Segundo o BACEN (2019), a inflação desorganiza o sistema econômico, dificulta o planejamento empresarial, levando à inibição do investimento e, consequentemente, à redução do crescimento, à diminuição da renda e ao aumento do desemprego.

Enquanto o controle progressivo de uma inflação moderada é normalmente acompanhado de uma redução da atividade econômica, o fim súbito de inflação muito elevadas tende a trazer uma retomada da atividade econômica. O Plano Real não fugiu a esta regra: ocorreu uma aceleração significativa da atividade econômica a partir de 1º de julho de 1994, apesar do equilíbrio do orçamento federal e da prática de taxas de juros reais elevadas (BACHA, 1994, p. 22).

A economia no início da década de 90 apresentava um produto real negativo de - 4,3%, mas conseguiu retomar seu crescimento e apresentar uma melhora representativa no ano de 1994 com a transição da moeda, resultando em um crescimento de 5,9%.

Gráfico 4 – Produto Interno Bruto: variação em volume anual no período de 1990-2016



Fonte: IBGE. Autoria: própria

Os anos seguintes pós Plano Real foram anos complexos que acarretam menores índices de crescimento econômicos. Em janeiro de 1999, ocorreu um forte movimento de queda do real, a crise da desvalorização do real, que está associada diretamente aos problemas estruturais do Plano de combate à inflação, quando o Banco Central abandonou o regime de bandas cambiais, passando a operar em um regime de câmbio flutuante.

Com a implementação de políticas econômicas deflacionistas, juros elevados, baixo investimento estatal, associadas a um câmbio semi-fixo sobrevalorizado, provocou, a longo prazo, um grave acúmulo de problemas econômicos estruturais.

Apesar das taxas de juros reais estarem elevadas, foi observada uma expansão do consumo das famílias, pois antes o governo trabalhava no susto, nada era antecipado, não havia como prever o amanhã. Após o Real, as incertezas macroeconômicas diminuíram, mas também acarretou a extensão do endividamento privado.

O Plano Real permitiu aos indivíduos prever a renda futura e, assim, poder decidir entre o consumo presente ou futuro.

O Plano Real favoreceu as camadas com renda mais baixa da população com alta propensão marginal a consumir, que não tiveram como alternativa instrumentos financeiros para se proteger das perdas inflacionárias. Essa demanda reprimida somada do alargamento dos prazos e acesso mais fácil ao crédito, a despeito de medidas de controle do governo, resultaram na trajetória ascendente do consumo privado (ALÉM E GIAMBIAGI, 1997, p. 4).

Com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), produzida pelo IBGE, que visa mensurar as estruturas de consumo, dos gastos e dos rendimentos das famílias, fica evidente o amplo conjunto de mudanças no modo de vida das famílias brasileiras.

Conforme análise da POF, nos resultados observados do grupo despesas correntes apresentou na média crescimento. A participação chegou a um crescimento de 15% da POF 1995-1996 para a POF 2002-2003. E nos anos seguintes mantiveram-se praticamente iguais quando observado os resultados encontrados nas POF 2008-2009 e POF 2017-2018².

Tabela 1 – Distribuição das despesas monetárias e não-monetária média mensal familiar – Brasil – período 1995-2018

Tipos de despesas	Distribuição das despesa monetária e não-monetária média mensal familiar (%)			
	Total			
	POF			
	1995-1996	2002-2003	2008-2009	2017-2018
Despesas correntes	80,96	93,20	92,10	92,70
De consumo	71,15	81,80	80,70	81,00
Outras	9,81	11,40	11,30	11,70
Aumento do ativo	17,17	4,80	5,80	4,10
Diminuição do passivo	1,86	2,00	2,10	3,20

Fonte: POF/ IBGE. Autoria: própria

As despesas de consumo representam o mais importante componente da estrutura de despesas das famílias e a estimativa da participação das despesas de consumo na despesa total.

No estudo foram analisadas as despesas de consumo que correspondem às despesas realizadas pelas unidades de consumo com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente às necessidades e desejos pessoais dos brasileiros. As despesas de consumo apontaram 71,15% na média mensal familiar

² A POF 2014 - 2015 foi adiada pelo IBGE por insuficiência orçamentária, sendo realizada no ano de 2017-2018.

na POF 1995-1996 e na pesquisa seguinte de 2002-2003 chegou a 81,80%, seguindo neste mesmo patamar para os anos seguintes.

A última década acarretou expansão e mudanças no padrão de consumo das famílias brasileiras. A redução da pobreza, o aumento da renda familiar per capita e do número de famílias no estrato intermediário da renda e a expansão do crédito ao consumidor ampliaram o tamanho dos mercados de bens correntes e duráveis de consumo, dos serviços modernos e do lazer. Diversos bens e, sobretudo, serviços que anteriormente constituíam um “luxo” para a maioria da população entraram na pauta de consumo tanto das famílias urbanas quanto das famílias rurais (MEDEIROS, 2015, p. 51).

Nos gastos de consumo as participações segundo grupamentos divergiram muito entre as regiões urbana e rural. Para os dois grupamentos com maior representatividade, ou seja, alimentação e habitação, nos tipos de despesa de alimentação a proporção dos gastos totais da região rural superou a da região urbana; e na habitação essa relação inverteu, a área urbana ultrapassou a da área rural. A terceira maior participação nos gastos de consumo nacionais foi o transporte, com resultado aproximadamente igual à região urbana e rural.

Tabela 2 – Participação na despesa de consumo monetário e não-monetária média por tipos de despesas, segundo a situação do domicílio e as Grandes Regiões - período 2002-2018³

Tipos de despesas	Distribuição das despesa de consumo monetária e não-monetária média mensal familiar (%)							
	Situação do domicílio e Grandes Regiões				Situação do domicílio e Grandes Regiões			
	Urbana				Rural			
	2002-2003	2008-2009	2017-2018	Total	2002-2003	2008-2009	2017-2018	Total
Alimentação	19,58	19,00	16,90	55,48	34,12	27,60	23,80	85,52
Habitação	36,11	36,40	37,10	109,61	28,66	30,60	30,90	90,16
Vestuário	5,67	5,50	4,20	15,37	5,74	5,70	4,70	16,14
Transporte	18,49	19,50	17,90	55,89	17,88	20,60	20,00	58,48
Higiene e cuidados pessoais	2,17	2,40	3,60	8,17	2,14	2,50	4,50	9,14
Assistência à saúde	6,59	7,30	8,00	21,89	5,39	6,50	8,00	19,89
Educação	4,32	3,20	4,90	12,42	1,46	1,30	2,30	5,06
Recreação e cultura	2,51	2,10	2,60	7,21	1,00	1,20	1,80	4,00
Fumo	0,68	0,20	0,50	1,38	0,83	0,70	0,50	2,03
Serviços pessoais	1,05	1,20	1,30	3,55	0,58	0,70	0,90	2,18
Despesas diversas	2,56	2,80	3,00	8,36	2,19	2,70	2,50	7,39

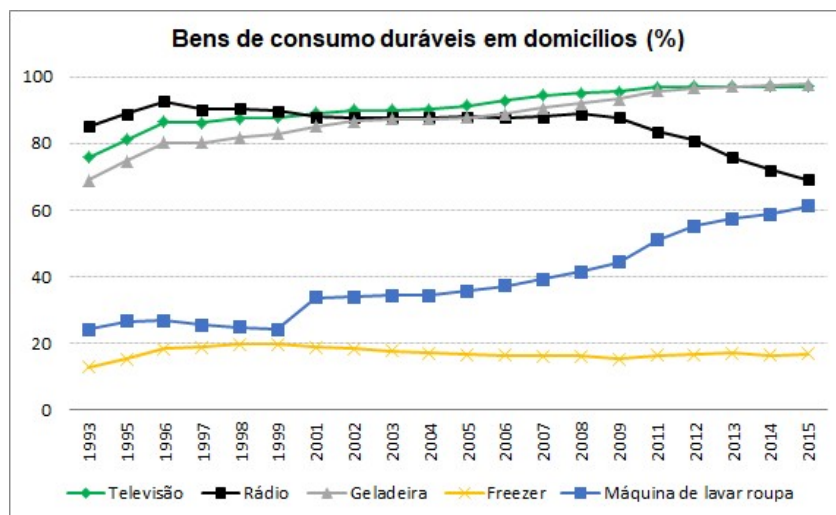
Fonte: POF/ IBGE. Autoria: própria

Outro motivo para a expansão do consumo foi que a poupança tornou-se menos atrativa como instrumento de proteção contra a variação de preços dos ativos

³ No ano 1995-1996 as pesquisas eram realizadas por estados, portanto, não foram abordados para análise desta tabela.

reais. Portanto, com a inflação em patamares baixos, ocorreu um aumento da demanda de bens de consumo duráveis.

Gráfico 5 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – bens duráveis existentes no domicílio no período de 2001-2016



Fonte: PNAD/ IBGE. Autoria: própria

Segundo o IBGE, a análise pela PNAD constitui um importante instrumento para formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico da população e a melhoria das condições de vida no país.

Com base nos resultados obtidos, o gráfico 5 apresenta as mudanças na estrutura de consumo das famílias ao longo desse período de crescimento econômico e distribuição de renda, ou seja, nos domicílios particulares permanentes, nota-se um aumento no consumo de eletrodomésticos.

O consumo real das famílias, como observado neste capítulo, foi ascendente mesmo com os pontos negativos vividos na economia brasileira. Ainda com as dificuldades, o país é uma das maiores economias do mundo.

Segundo o IPEA (2016), o consumo das famílias é o componente mais importante do PIB brasileiro, tendo representado cerca de 60% deste ao longo dos últimos anos.

A dinâmica do consumo é, portanto, fundamental para o entendimento das alterações percebidas na economia em períodos de *boom* e de combate à recessão. Como veremos no próximo capítulo, a importância desta variável no produto interno bruto brasileiro.

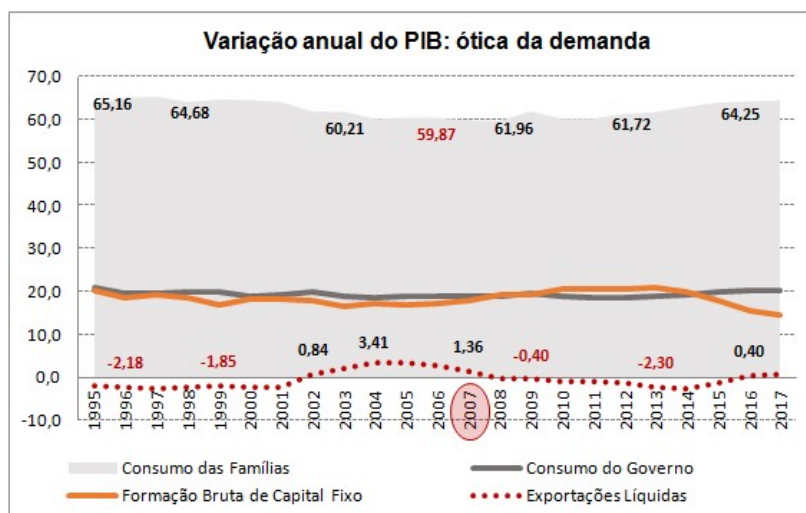
3. A IMPORTÂNCIA DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS E A PERDA DO MÉRITO DA INDÚSTRIA NO PIB BRASILEIRO

O consumo das famílias é o grande motor da economia, visto que representa 65% na composição do PIB brasileiro. Segundo o IBGE, o que ocorre na economia é extremamente relacionado ao desempenho do consumo.

O consumo é uma das variáveis fundamentais da macroeconomia, pois afeta o comportamento da economia como um todo. No curto prazo desempenha papel na determinação da demanda agregada, e no longo prazo é essencial para o crescimento econômico (MANKIWI, 1992, p. 297).

O aumento do consumo das famílias refere-se a fatores como a inflação ser controlada, pois antes do plano Real, a instabilidade econômica no Brasil era imódica. E até mesmo a fatores como a evolução ao acesso a crédito, como forma de inserção da população no contexto brasileiro.

Gráfico 6 – Produto Interno Bruto: Consumo das famílias e do governo, formação bruta de capital e exportações líquidas no período de 1995 – 2016



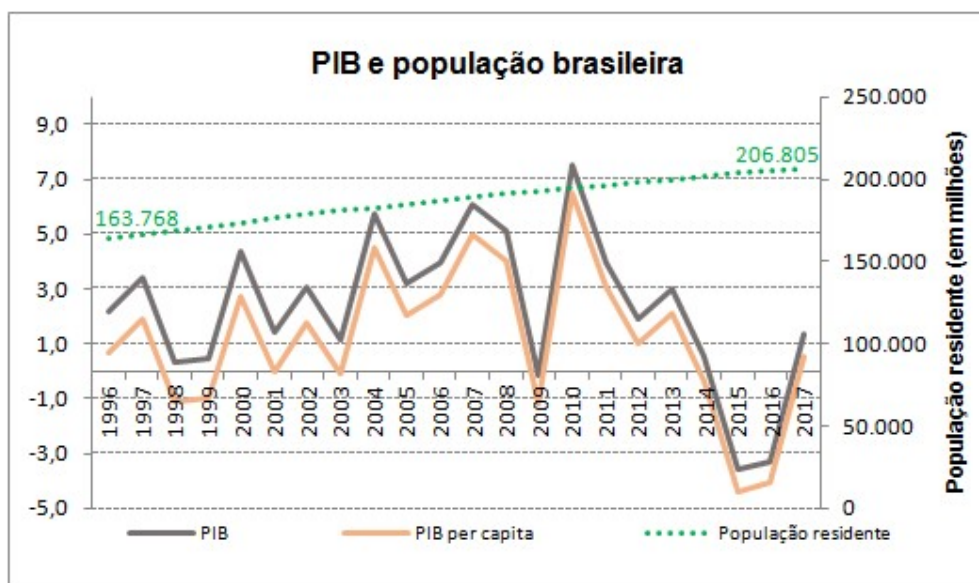
Fontes: IBGE, Sistema de Contas Nacionais. Autoria: própria

Como observado no gráfico, o consumo das famílias é o componente que possui maior representatividade, tendo índice maior de 60% desde o ano de 1994 e percorrendo na média este mesmo patamar.

Em meados do ano 2000, o consumo sofreu tendências de baixa e nos anos seguintes apresentou queda significativa chegando ao menor índice da história,

59,87%. A crise mundial de 2006 e 2007 gerou reflexos na economia do país, mas foi o menor período recessivo da história devido a modificações e reformas radicais que produziram transformações sociais e econômicas no Brasil com o programa redistributivo Bolsa Família.

Gráfico 7 – Produto Interno Bruno, PIB *per capita* e população residente brasileira no período de 1995 – 2016



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Coordenação de População e Indicadores Sociais. Autoria: própria

Este período foi o mais próspero da economia brasileira, em 2007 o PIB atingiu variação anual de 6,1% e o PIB *per capita* no mesmo ano marcou variação de 5%. Conforme o IBGE, a economia brasileira em 2010 cresceu 7,5%, ou seja, em valores correntes alcançou R\$ 3.885.847 trilhões e o PIB *per capita* ficou em R\$ 19.938.

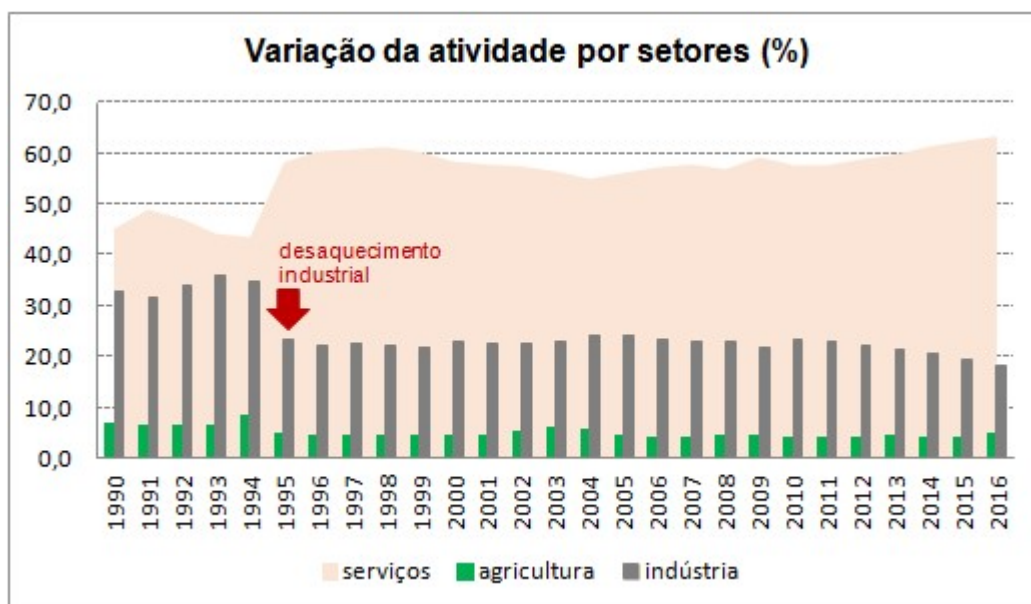
Nos anos seguintes teve início uma forte crise econômica, anunciada como a grande recessão brasileira. Em 2014, o PIB retrocedeu e fechou o ano com crescimento de apenas 0,5%, os motivos para a depressão foram a queda no preço das *commodities*, os erros nas políticas macroeconômicas e instabilidade política, resultando até mesmo no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Os anos seguintes ficaram marcados pelo período de pior recessão desde a década de 90, a estagnação, inflação e a queda dos investimentos contribuíram para estes efeitos, e no conjunto, os salários dos cidadãos sem reajustes e o aumento do desemprego, contribuiu ainda mais para o período de estagnação.

Uma explicação para o lento aumento da produtividade está nas fontes de crescimento do PIB por setores, onde se destacam os serviços. Como a produtividade desse setor cresceu, isso afetou o resultado total (BONELLI e FONTES, 2013, p. 274-275).

A análise do PIB por setores da economia, contemplando o setor da indústria que até 1994 tinha grande representatividade, e ao longo dos anos, perdeu participação relativa tanto o setor industrial como o agropecuário, que foi compensado pelo aumento do setor de serviços. O desaquecimento econômico provocou a eliminação de atividades, principalmente o da indústria.

Gráfico 8 – Produto Interno Bruto: crescimento anual por setores no período de 1995 - 2016



Fontes: IBGE, Sistema de Contas Nacionais. Autoria: própria

Nos últimos anos, o Brasil transita por um processo de desindustrialização, que se fortaleceu com a abertura comercial na década de 90, relacionada a políticas desenvolvimentistas decorridas pela sobrevalorização do Real, que foi a principal ferramenta de combate à inflação.

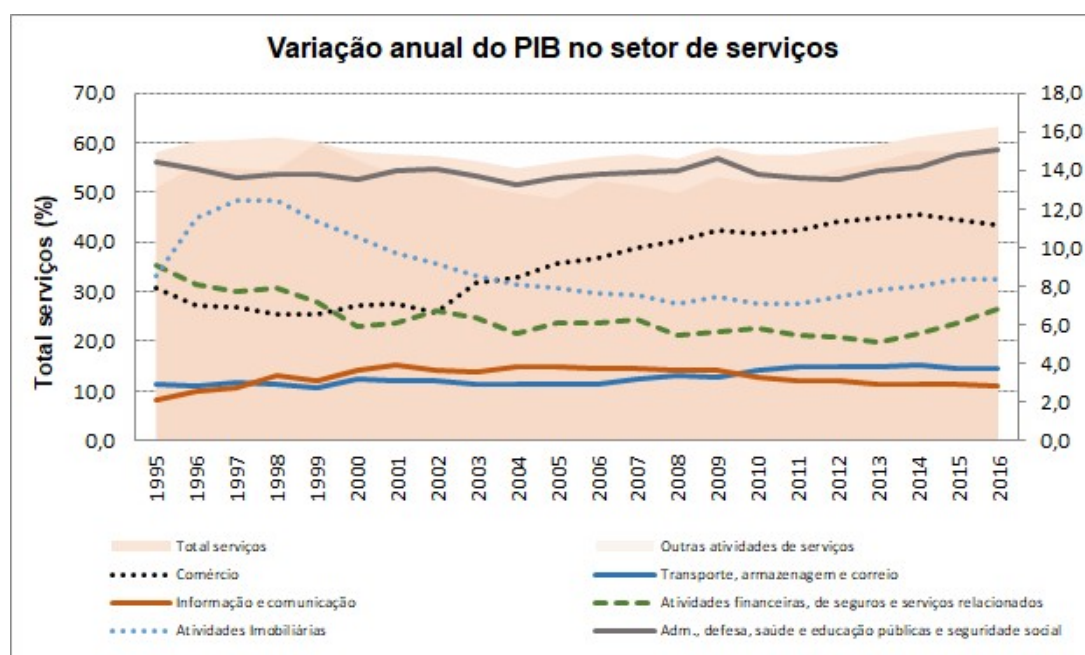
Com a sobrevalorização do Real neste período resultou em um aumento do consumo de produtos importados, com isso, muitas empresas brasileiras não conseguiram manter competitividade. O governo local ao invés de apoiar suas indústrias forneceu incentivos para empresas estrangeiras instalarem-se no território brasileiro. Com tecnologias melhores, mão de obra especializada e isenção de

impostos por parte do Governo Federal, muitas empresas brasileiras não resistiram e fecharam as portas.

Em 1995, foi o início da perda de competitividade da indústria nacional, o que conduziu a uma forte retração do setor no PIB. No começo da década de 90, a indústria respondia em torno de 25% e, em 2015, estava em 22,7%, evidenciando assim, a monotonia do setor industrial.

O crescimento do PIB brasileiro tem sido manipulado enormemente pelo setor de serviços, que em alguns momentos tem sido fundamental para suavizar uma queda geral da economia. Segundo o Sistema de Contas Nacionais do IBGE, o setor de serviços, de 2003 a 2014, passou de 64,7% para 69,4% do valor adicionado do PIB. Desde 2004, os serviços ganharam espaço no produto interno bruto, o comércio teve crescimento, em 2003 representava 10,6% para 12,7% em 2013 do valor adicionado do PIB.

Gráfico 9 – Produto Interno Bruno no setor de serviços: variação anual no período de 1995 - 2016

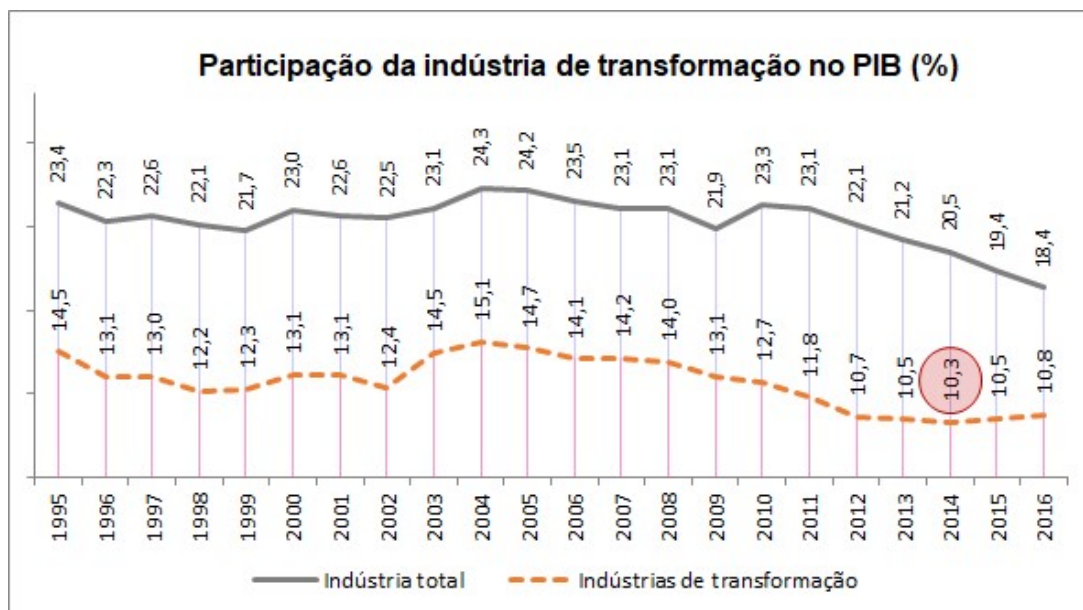


Fontes: IBGE, Sistema de Contas Nacionais. Autoria: própria

Segundo o IBGE, atualmente o consumo segue uma trajetória ascendente e pode ser considerado o componente de maior influência do PIB brasileiro, representando mais de 70%.

Um dos aspectos interessantes a ser destacado e notado é o caminho percorrido pelo setor da indústria, no fim da década de 80, respondia por 46% do PIB. Na década de 90, sua participação foi em torno de 25% e, em 2015, caiu para 19,4%.

Gráfico 10 – Participação anual da indústria de transformação no PIB anual no período de 1995 - 2016



Fontes: IBGE, Sistema de Contas Nacionais. Autoria: própria

O percentual da indústria no PIB brasileiro entre 1994 e 2016 teve um caminho descendente ao longo do período. De acordo com dados do IBGE, a participação da indústria de transformação, que já foi superior de 30% há duas décadas, declinou mais de 10 pontos percentuais, e em 2014 representou a maior queda ao longo deste período.

Essa queda acentuada da participação industrial teve seu primeiro grande reflexo, como já mencionado, com a abertura econômica no início da década de 90, com os contratos internacionais formados, as indústrias brasileiras se viram desamparadas pelo próprio governo brasileiro e muitas potências foram à falência, como por exemplo, a fabricante de automóveis brasileira, Gurgel Motores S/A que tinha como proposta produzir veículos 100% nacionais.

Com as retrações econômicas da indústria, o país atravessa uma desindustrialização e com isso, a queda de toda uma cadeia produtiva, que também

engloba todos seus agregados. Ocasionalmente assim, reflexos ainda maiores em todo território, além do baixo valor agregado de seus produtos exportados, um grande número de desempregados, queda na renda da população, perda de trabalhadores qualificados e os impactos e as consequências ainda maiores fica no aumento da desigualdade social e da grande concentração de renda que ocorre no país.

É exatamente essa patologia que faz com que a desindustrialização seja tão debatida. Ao aparecer em economias cuja renda permanece reduzida com o crescimento tendendo a ser baixo, a desindustrialização indica que o “processo de industrialização abortou antes de dar nascimento a uma economia próspera de serviços, capaz de absorver a mão de obra desempregada pela indústria” (RICUPERO, 2014, p.1).

O desaquecimento econômico que a economia brasileira vem percorrendo, não nos leva a evoluções prósperas, mas sinaliza um alerta de agir para não diminuir ainda mais o otimismo e a confiança dos agentes.

A participação da indústria no Brasil se mostra cada vez menor, ainda sim é ela o fator importante na produção de riquezas de uma nação. Que segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), para elevar a competitividade de uma pátria, o país precisaria aumentar os investimentos em infraestrutura, ampliar a participação nos mercados internacionais e promover reformas estruturais.

CONCLUSÃO

No período analisado, de 1994 a 2016, foi observada uma evolução brasileira. O sucesso do Plano Real marca uma nova etapa na economia, por ter sido um grande plano de estabilização econômica que colocou a inflação sob controle, assim, permitiu aos agentes maior domínio para suas decisões e investimentos e ainda favoreceu as classes de renda mais baixa, que antes não tinham acesso aos instrumentos de proteção contra a constante perda do poder de compra. Com isso, acarretou mudanças no padrão de consumo dos brasileiros.

O Real foi ponto de partida para grandes transformações no Brasil, as mudanças ocorridas no ambiente macroeconômico após sua implementação alteraram os hábitos de consumo no país, as correrias dentro dos supermercados e a tradição de estocagem de alimentos teve fim. A partir da estabilização, o consumo privado seguiu trajetória ascendente, derivado do aumento da demanda por bens de consumo em razão do favorecimento da camada da população de renda mais baixa com demanda reprimida, alta propensão marginal a consumir e a facilidade maior por ter acesso ao crédito, que teve influência positiva tanto para as classes de renda mais alta como para as de renda mais baixa.

A evolução também resultou em mudanças no PIB brasileiro, o consumo das famílias representa hoje, o grande motor da economia, sua representatividade de mais de 60% na composição do PIB desencadeou uma transformação no cenário do setor de serviços, que segue tendência crescente sendo o componente de maior influência do PIB brasileiro.

O desenvolvimento econômico trouxe consequências positivas, mas também acarretam posicionamentos controversos. O cenário da transformação apresentou um viés que a evolução brasileira não acompanhou, o país evoluiu em passos rápidos que atropelou um processo de estruturação de sua base produtiva, que configura a chamada desindustrialização precoce, que possivelmente o setor da ótica de serviços evoluiu antes do setor industrial atingir o ponto mais elevado de renda per capita e desenvolvimento.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALÉM, A. C. GIAMBIAGI, F. **Cenário macroeconômico: 1997-2002**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1997. p. 4.

ARIDA, P. **Economic stabilization in Brazil**. *Texto para Discussão*, n. 84, Departamento de Economia PUC/RJ, dezembro. (publicado como Working Paper 149 of Wilson Center, Washington, DC, USA, november, 1984), 1984

BACHA, E. L. (1995). **O Plano Real: uma avaliação preliminar**. Revista do BNDES, n.3, p. 21-22.

BACHA, E. L. (1997). **O Plano Real: uma avaliação**. In: MERCADANTE, A. (ORG). O Brasil Pós-Real: a política econômica em debate. Campinas: Ed. Unicamp.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2007). **Macroeconomia da Estagnação**. São Paulo: Editora 34: CARDOSO, F. H. (1977). Estado Capitalista e marxismo. Revista Estudos, Petrópolis – RJ: Cebrap/ Vozes.

BONELLI, R.; FONTES, J. **O desafio brasileiro no longo prazo**. In: BONELLI, R.; PINHEIRO, A. C. (Org.). Ensaio IBRE de Economia Brasileira – 1. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Economia; Editora FGV, 2013. p. 274-275.

CARVALHO, F. *et al.* **Economia Monetária: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 139.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. **Política Macroeconômica**. Disponível em: < <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/politica>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

GIAMBIAGI, F. (2011). **Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos FHC**. In.: Giambiagi, F.; Villela, A.; Castro, L. B.; Hermann, J. (orgs). Economia Brasileira Contemporânea, p. 187-188.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD**. Disponível em: <
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=759>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF**. Disponível em: <
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Sidra IBGE**. Disponível em: <
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **IpeaDATA**. Disponível em: <
https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?searchword=CONSUMO+DAS+FAMILIAS&ordering=category&searchphrase=all&Itemid=32&option=com_search>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira** / Carlos Aguiar de Medeiros. – Brasília : IPEA, 2015. Brasília: IPEA, 2015. p. 51.

MANKIN, N.G. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: LTC, 1995. p. 297.

OLIVEIRA, G. e TUROLLA, F. (2003). **Política Econômica do Segundo Governo FHC: mudança em condições adversas**. São Paulo, PUC/SP.

PALOMBO, P. E. **Fatores Determinantes da Trajetória do Consumo no Brasil Pós Plano Real**. Disponível em: <

Mhttp://sistema.semead.com.br/14semead/resultado/trabalhosPDF/25.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

RICUPERO, Rubens. Desindustrialização precoce: futuro ou presente do Brasil. **Le Monde Diplomatique**. 2014. Disponível em: <<http://diplomatie.org.br/desindustrializacao-precoce-futuro-ou-presente-do-brasil/>> Acesso em: 20 de março de 2021.